

Indios do Paraná - texto base para o ensino de primeiro e segundo graus. Curitiba, ANAI-PR, 1983. 66 p.

COM EQUIVOCOS NÃO SE COMBATEM PRECONCEITOS

CEDI - P. I. B.
DATA 13/04/94
COD. 00000038

O trabalho editado pela ANAI/PR- Associação Nacional de Apoio ao Índio - propõe-se a "fornecer elementos sobre a realidade indígena existente no Paraná, para o ensino de primeiro e segundo graus". Propõe-se, especialmente, - e sempre segundo sua Apresentação (pgs 7-8) - a ~~xxx~~ combater os preconceitos e "imagens deformadas acerca desses grupos humanos classificados genericamente como índios".

Supõe-se que ~~x~~ quando se deseja combater preconceitos, se está armado de bons argumentos, boa documentação, enfim, provas de como as coisas realmente são, para com isso derrubar os preconceitos. Infelizmente o trabalho da ANAI/PR vem carregado de um sem número de equívocos e erros de informação que comprometem seus objetivos. Para aqueles informados somente pela televisão e filmes de "farwest" (que ~~x~~ a ANAI prefere qualificar como "agentes transmissores de nossa -sic- cultura" -pg 7) talvez o trabalho, de um modo geral, passe uma visão mais histórica e menos unilateral da chamada "questão indígena". Mesmo para esses, no entanto, algumas contradições dentro do próprio texto poderão testemunhar contra a credibilidade de todo o conteúdo. Como exemplo se poderia citar a quantidade de terras tomadas ~~XXXXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXX~~ às comunidades indígenas no Paraná pelo ~~XXXXXXXXXXXX~~ Acordo Governo do Paraná (L. 10.100)-Ministério da Agricultura, de 12/5/1949: à pg 48 ~~xx~~ do trabalho em questão ~~x~~ informa-se que seriam "mais de 60 mil hectares de terras", enquanto à pg 53 afirma-se que seria "aproximadamente 90 mil alqueires" (isto é, cerca de 220 mil hectares). A cifra correta é entre 150 e 170 mil hectares (veja-se "Luta Indígena", nº 9, 1979). Outra contradição "exemplar" é a que ocorre ~~xx~~ à pg 54. Na segunda linha informa-se que a área do Posto Indígena Mangueirinha ^(pg 54) perdeu 150 hectares de terra inundados pela barragem da Hidrelétrica de Salto Santiago, enquanto que na última linha, da mesma página, afirma-se que foram inundados ali 306,50 hectares. O CIMI Sul calcula a inundação em cerca de 1.000 hectares.

~~Além~~ Além das contradições, muitas são as informações equivocadas de modo que até quanto aos números (datas, etc) se deixa de crer em falhas de revisão. Por exemplo, afirma-se que as reduções jesuíticas de Loreto e San Inácio, no Rio Parapanema, datam de 1570 (pg 25), quando só foram iniciadas na primeira década do século XVII. Ao Tratado de Santo Ildefonso é atribuída a data de 1797 (pg 33), quando de fato é de 1777. Angelo Kretã, cacique de Mangueirinha morto tragicamente em Janeiro de 1980, teria sido eleito vereador em 1975 (pg 54), quando as eleições foram em 1976, e Norberto Poty, da mesma área, teria se acidentado em Agosto de 1980 (pg 55), quando de fato foi em Setembro. Informa-se, ademais, a data de Março de 1980 para a ida dos Guarani do Ocoí-Jacutinga (PR) à Funai em Curitiba, junto com ANAI, CIMI e Comissão

Justiça e Paz (pg 56): a reunião, da qual de fato participou a ANAI, foi em Março de 1981.

O que se torna mais sério, no entanto, são afirmações que podem gerar ~~q~~ equívocos, novos preconceitos ou ~~em~~ estereótipos e, até, uma outra visão deturpada da história. Referirei as principais, por assunto.

TERRA

No capítulo "Aspectos Gerais: os índios do Paraná" informa-se que ~~na~~ os indígenas nesse Estado "passaram a viver em reservas (...) a partir da emissão de decretos federais e da criação de órgão protectionista (SPI...)". A ANAI por si só contradiz a informação com o quadro à pg 46, onde informa os números e datas dos "decretos estaduais" (que de fato foram) que definiram ~~as~~ reservas indígenas no Paraná. E dos seis decretos estaduais que ali constam, quatro são anteriores à criação do SPI, além de que já no século XIX terras foram respeitadas ou doadas aos índios por iniciativa particular (Barão de Antonina, Palmas, Guarapuava.).

Ainda com relação às terras indígenas, o ~~o~~ texto da ANAI chega ao ponto de transmitir, como informação objetiva e histórica, o que de fato fora alegação justificadora do Governo do Paraná para o citado Acordo Lupion-Ministério da Agricultura (1949) que reduziu seis áreas indígenas. Afirma a ANAI (ou o Governo do Paraná): "a necessidade de regulamentação das terras destinadas aos indígenas e do estabelecimento definitivo das tribos deu origem a diversos acordos realizados na década de 1940 entre o governo do Estado e a União" (pg 48).

KAINGANG

Quanto aos Kaingang, ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ merece comentário a afirmação de que "antes dos primeiros contatos com a sociedade regional, os Kaingang tinham como principal atividade econômica a agricultura, caracterizando-se, em função disso, por um grau de ~~m~~ sedentarismo maior que o dos Guarani" (pg 29). Quase se poderia perguntar se não houve inversão dos nomes dos grupos indígenas na hora de copiar o texto.

Vale a pena tomar dois textos de auxílio: Diz Telêmaco Borba que os Kaingang tinham a alimentação básica "de peixes, que apanham em seus 'parys', mel, frutas, caça, para ~~as~~ apanhar a qual são destruíssimos e grandes corredores no matto; de algum milho, abóbora e feijão que por acaso ~~as~~ plantam" (Atualidade Indígena, 1908.p.10 - grifos nossos).

Por sua vez, Métraux (em quem se baseou o texto da ANAI, como informa a Bibliografia) escreve: "os antigos Guayaná, ancestrais dos atuais Kaingang são descritos como agricultores relativamente sedentários, embora nossas fontes acentuem a importância da caça na sua economia" (The Kaingang. Handbook of South American Indians. Washington, 1946).

O texto de Borba (que falava o Kaingang, conviveu muitos anos com esse povo e introduziu o termo "Kaingang" na linguagem etnográfica no séc.XIX)

é muito claro. Quanto ao texto de Métraux, que trabalhou sobre fontes bibliográficas, está evidente que identifica os Guayaná da bibliografia colonial com os atuais Kaingang, identificação que hoje sabemos não ser absoluta. Isto é, alguns grupos que foram chamados de Guayaná eram de fato Kaingang, enquanto outros com segurança não o eram (Tupi da Costa Atlântica, por ex.). Aliás, a controvérsia já vem do 1º século passado. Por outro lado, Métraux mesmo informa também o caráter de caçadores dos Kaingang.

O texto da ANAI, por outro lado, pode contribuir para a difusão ou fortalecimento de outro mito: os Guarani vivem andando. Isso não está dito no texto, mas fica "es aberto" quando se diz que são menos sedentários que os agricultores (segundo a ANAI) Kaingang.

Ainda no aspecto cultural afirma-se que, entre os Kaingang, "os chefes, tradicionalmente, sempre são os líderes de qualquer empreendimento coletivo (funeral, rituais)" (pg 30). A afirmação não se sustenta quando se lê mais de duas fontes independentes. Os dirigentes religiosos, entre os Kaingang, eram e são distintos dos PO'I ("cacique"), exigindo o ofício de "rezador" um aprendizado, especialmente numa religião que - quanto se conhece - se poderia denominar de "sacerdotal".

Por fim, quanto aos Kaingang afirma-se que hoje "encontram-se integrados à economia de mercado regional como produtores de bens agrícolas, alguns em regime de cooperativas e também como assalariados eventuais ou bôias-frias" (pg 14-15). Ou a afirmação baseia-se em uma só área indígena ou em observações superficiais daquelas que se obtêm próximo ou até na própria sede do Posto Indígena da Funai. A realidade é que o modo privilegiado de integração dos Kaingang na economia regional, como de resto, também dos Guarani em nossa região, é o trabalho assalariado (diarista ou por empreitada). Ou seja, o trabalho assalariado não é eventual.

GUARANI

No aspecto histórico vale comentar que não tem consistência a afirmação de ^{que} "uma população mestiça" iria "caracterizar o Paraguai do século XVI e seguintes", gerada por "casamentos entre militares e filhas de chefes grupais" (pg 23). Vale lembrar que os espanhóis chegaram a Asunción já no segundo quartel daquele século, e não teriam gerado tão rapidamente a estúpida prole necessária para caracterizar o "Paraguai mestiço", muito menos se o tivessem feito na forma tão inusual de "casamentos", como se fossem bem mais católicos que seus "primos" portugueses.

Informa o mesmo texto que "o sistema de 'encomiendas' " seria a "doação de terras a pessoas ligadas à Coroa" (pg 23). G. Furlong informa que "era la encomienda un vínculo jurídico impuesto al indio por voluntad del soberano y concedido al español en premio de sus servicios..." ("Misiones y sus pueblos de Guaraníes". Buenos Aires, 1962, pg 86). Ou seja, "encomiendas" referiam-se a pessoas indígenas, não a terras.

Quanto à ação jesuítica merece atentar que o texto resvala na visão romanceada da "simbiose" (leia-se "harmônica") que, segundo afirma, "resultou no florescimento das chamadas X comunidades 'comunistas' cristãs da região missioneira". Como o texto não faz a crítica, deixa concluir que os autores realmente acreditam nas ditas "comunidades 'comunistas' cristãs".

~~CONCLUSÃO~~

~~xxxxx~~ XETÁ

Quanto aos Xetá, uma afirmação categórica: "restam hoje apenas cinco sobreviventes" (pg 11 e 41). Mas pergunto se essa história de "5 últimos Xetá" e de "a última Xetá é estéril" não se tornou um mito, um estereótipo mesmo (que cada um ~~XXXX~~ que deve repetir sem se dar o trabalho de verificar a realidade). Pessoalmente sei, de fonte segura, da exata localização de 7 Xetá e mais alguns a confirmar se estão vivos. Dentre esses 7 existem 3 mulheres, das quais conheço duas e não são estéreis.

CONCLUSÃO

Ao buscar identificar quais mudanças ocorreram com os povos indígenas, pois que é "impossível manter a imagem de um índio nu, saindo da floresta" (pg 61) o texto propõe que "a partir do momento em que o interior do país deixou de ser domínio de índios e caboclos, lavradores e posseiros, para se transformar em fazendas, o ~~XX~~ espaço de sobrevivência para as nações indígenas foi sendo restringido e ameaçado" (pg 61). Segundo essa afirmação os caboclos, os lavradores e posseiros não representaram restrição ou ameaça ao espaço de sobrevivência das nações indígenas e isso só ~~viria~~ a ~~XXXX~~ ocorrer com a concentração da terra (processo caracterizado na frase citada). Esse é um engano que pode comprometer qualquer trabalho, por não ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXX~~ corresponder a uma compreensão real do processo histórico da espoliação dos territórios indígenas como também por dificultar a compreensão das atuais transformações no campo, impedindo qualquer previsão.

Aliás, prova disso é a afirmação à página seguinte (pg 62), de que "a política indigenista oficial vem criando de forma reiterada, nos últimos anos, mecanismos discursos que objetivam liberar áreas ocupadas por formas não propriamente capitalistas de produção, como as dos índios e camponeses, e transformá-las em empresas agropecuárias".

Uma observação atenta do processo histórico regional da ocupação da terra mostrará, primeiramente, que ^{em} regiões como as de Guarapuava e Palmas as terras ~~XXXXXX~~ conquistadas aos Kaingang do século XIX são iniciais e imediatamente ocupadas por fazendas, que não foram antecedidas de posseiros e camponeses. Por outra parte, regiões como o "Norte novo" (Londrina e cercanias) e Oeste e o Sudoeste do Paraná foram ocupados de início por contingentes de famílias de camponeses (sitiantes, colonos) que significaram imediatamente, restrição e ameaça ao espaço de sobrevivência das nações indígenas. Somente no Oeste e Sudoeste veja-se quantas áreas indígenas desapareceram a partir da década de 50: Boa Vista, Embira Branca, Lopei, Guarani, Barro Presto, Três Lagoas, Jacutinga, etc.

